



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS NO RAMO DE ACIDENTES DE TRABALHO, PARA ANO DE 2019/2020

Concordo e aprovo.

CONSULTA PRÉVIA

Eduardo Tavares em 05-09-2019

### RELATÓRIO FINAL

----- Aos 27 dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, pelas 10:00 Horas, reunido o júri designado por despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, em 01 de julho de 2019, para a realização do sorteio de desempate das propostas apresentadas pelos concorrentes identificados no presente relatório, e para o procedimento concursal mencionado em epígrafe, e o qual é tem a seguinte composição: Miguel Francisco Simões Franco (Dr.º), na qualidade de Presidente, Carla Cristina Banco Caseiro Victor (Dr.ª) na qualidade de vogal e José Manuel Torres (Dr.º), na qualidade de vogal, todos nomeados nos termos dos artigos 67.º, 68.º e 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -

----- Nos termos do Artigo 124.º do CCP, elabora-se o presente Relatório Final. -----

### AUDIÊNCIA PRÉVIA

----- Procedeu-se à audiência prévia dos concorrentes, tendo sido remetido aos interessados o Relatório Preliminar, nos termos do artigo 123.º do CCP, onde foi indicado a realização do sorteio, para desempate das propostas, do presente procedimento, tendo em conta que os dois concorrentes apresentaram as suas propostas com o mesmo preço base -----

----- Dentro do prazo estabelecido para a audiência prévia, não foi apresentada nenhuma reclamação. -----

----- No dia 27 de agosto de 2019, foi realizado o sorteio para desempate das propostas, o qual decorreu segundo os termos e procedimentos mencionado no Relatório Preliminar, devidamente enviado aos concorrentes no dia 20-08-2019. -----

### CONCLUSÃO

----- Assim, perante a realização do sorteio para desempate das propostas apresentadas pelos concorrentes, a seguir mencionados, resultou a seguinte ordenação, conforme consta da “Ata n.º 1 do ato público de desempate de propostas”, relativa ao procedimento concursal de “Aquisição de serviços de seguros no ramo de acidentes de trabalho, para o ano de 2019/2020”, que fará parte integrante do presente Relatório. -----

Posição	CONCORRENTE	Valor da Proposta
1.º	Seguradoras Unidas, S.A., - Sociedade Anónima	16.244,79€
2.º	Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.,	16.244,79€

### ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES COMPLEMENTARES

----- Face ao exposto, e cumpridas todas as formalidades exigidas no presente procedimento concursal, para apuramento dos concorrentes, o júri delibera por unanimidade propor a adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente **Seguradoras Unidas, S.A., - Sociedade Anónima**, em resultado do ato público de desempate de propostas, efetivado através da realização do respetivo sorteio. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade. -----

----- Nestes termos, cumpre ao Júri do procedimento submeter ao órgão competente para a decisão de contratar, todos os documentos do procedimento, incluído as propostas, cabendo a este decidir sobre a aprovação das mesmas para efeitos de adjudicação, nos termos do n.º3 e 4 do artigo 124.º do CCP. -----

----- Cabe também ao órgão competente para a decisão de contratar, autorizar a despesa inerente ao contrato celebrar (artigo 36.º do CCP). -----

----- Cabe finalmente, ao órgão competente para a decisão de contratar, aprovar a minuta do contrato, juntamente com a decisão de adjudicação (n.º3 do artigo 98.º). -----

----- No que respeita a apresentação dos documentos de habilitação, por parte do adjudicatário, os mesmos são exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, em que o adjudicatário será notificado, fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar os referidos documentos, conforme fixado no programa do procedimento-----

----- Cabimento para a realização da despesa através do n.º911/2019, requisição n.º1020, compromisso n.º1046, e classificação económica 01030901. -----

----- Face ao que foi referido anteriormente, caso a entidade competente para a decisão de contratar aprove a decisão do Júri e atribua a adjudicação ao concorrente acima identificado, que na sua globalidade totaliza o montante de €16.244,79 (dezassex mil duzentos e quarenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos), isento do IVA. -----

----- Face ao que antecede e se a proposta aqui formulada merecer a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do nº1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao (s) adjudicatário (s) e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do "Relatório Final" e Ata n.º1 de desempate das propostas do presente procedimento concursal.-----

----- Nos termos do nº2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado, no presente relatório. -----

O Júri  
04-09-2019 Miguel Franco

Presidente: \_\_\_\_\_

Carla Victor- Chefe da DAF

1.º Vogal Efetivo \_\_\_\_\_

Jose Torres em 03-09-2019

2.º Vogal Efetivo \_\_\_\_\_







# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

MINUTA DE CONTRATO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS NO RAMO DE ACIDENTES DE TRABALHO, PARA ANO DE 2019/2020

**Câmara Municipal de Alfândega da Fé**, contribuinte n.º 506647498, com sede em Alfândega da Fé, aqui representado pelo Sr.º Presidente Eduardo Manual Dobrões Tavares (em regime de substituição) da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, com poderes bastantes para o efeito, e de ora em diante designada por **primeiro outorgante**;

E

**Seguradoras Unidas, S.A., - Sociedade Anónima** com o contribuinte n.º500940231, com Sede na Avenida da Liberdade, n.º242,1250-149 - Lisboa, neste ato representado por José Carlos Silva Jesus Pinhal e Nídia Susana Fernandes Proença Ferreira Gaspar, com poderes bastantes para o efeito, adiante designada por **segunda outorgante**.

## CELEBRAM

Entre si o contrato para “**Aquisição de serviços de seguros no ramo de acidentes de trabalho, para o ano de 2019-2020, como concretização do direito dos trabalhadores a assistência e justa reparação, quando vítimas de acidente de trabalho, nos termos definidos no Caderno de Encargos**”, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada, com a justificação do art.º 20º/1 c), do Código dos Contratos Públicos, e precedido de procedimento por consulta prévia, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1.ª

#### Objecto

O presente contrato tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros no ramo de acidentes de trabalho, para o ano de 2019-2020, como concretização do direito dos trabalhadores a assistência e justa reparação, quando vítimas de acidente de trabalho, e com observância das especificações constantes do Caderno de Encargos, na sua proposta adjudicada e no presente Contrato.

### Cláusula 2.ª

#### Preço contratual

1. Para a realização do serviço objeto do presente contrato, a primeira outorgante pagará à segunda outorgante a quantia de €16.244,79 (dezasseis mil duzentos e quarenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos), isento do IVA.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

### Cláusula 3.ª

#### Prazo de vigência e execução do contrato

1. A segunda outorgante obriga-se a prestar os serviços durante o período de vigência do contrato, sendo que após a celebração do contrato encarregar-se-á de implementar a colocação dos seguros.
2. O contrato mantém-se em vigor pelo período de 1 (ano) a contar da data da sua celebração, de acordo com os respetivos termos e condições e o disposto na lei.

## Secção II

### Obrigações contratuais

#### Cláusula 4.ª

##### Obrigações da primeira outorgante

Pela aquisição da prestação do serviço objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a primeira outorgante deve pagar à segunda outorgante o preço constante da proposta adjudicada, isenta do IVA.

#### Cláusula 5.ª

##### Especificações da prestação de serviços

##### Seguro de acidentes de trabalho

1. Tomador do seguro: Câmara Municipal aqui designada por primeiro outorgante.
2. Objeto do seguro: Compreende a transferência das responsabilidades legais do segurado pelos encargos provenientes da ocorrência de sinistro tipificado como acidente de trabalho.
3. Atividade predominante: Diversas no âmbito das atividades municipais.
4. Âmbito do seguro:
  - a) Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, efetivos ou contratados, ao serviço do primeiro outorgante que constem na listagem da massa salarial a fornecer mensalmente pelo primeiro outorgante.
  - b) Para o efeito, o primeiro outorgante obriga-se a remeter à seguradora até ao dia 15 de cada mês a relação de proventos salariais relativos ao mês anterior, uma vez que o regime da apólice é de prémio variável.
  - c) Ficam cobertos automaticamente, os riscos de deslocação e de exercício de atividade profissionais ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos inferiores a 15 dias, quando devidamente autorizados e sem qualquer agravamento tarifário.
  - d) Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo da seguradora.
5. Coberturas: O seguro de acidentes de trabalho compreende a transferência da totalidade da responsabilidade do primeiro outorgante para a seguradora em caso de acidente de trabalho, devendo ter as coberturas obrigatórias nos termos da legislação em vigor (Decreto- Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na redação atualizada), e nas condições gerais da apólice específica para os trabalhadores ao serviço de entidades empregadoras públicas.
6. Pagamentos de Incapacidades Temporárias e Despesas Médicas:
  - a) As indemnizações por Incapacidade Temporária (IT) serão liquidadas ao primeiro outorgante, figurando esta como entidade recebedora, dado que o primeiro outorgante repõe o salário ao trabalhador sinistrado por inteiro, mesmo quando estes se encontram temporariamente incapacitados de exercer as suas funções.
  - b) O pagamento das indemnizações referidas na alínea anterior, é efetuado mensalmente, através de um único recibo, caso não seja possível deve ser acordado com o primeiro outorgante o pagamento fracionado, acompanhado de um mapa justificativo dos valores parciais, datas de acidentes, nome dos sinistrados, períodos de incapacidade, data do sinistro e respetivas percentagens que concorram para o total da indemnização do período.
7. Tipo de prestações:
  - a) Prestações em Espécie (Encargos de natureza médica, cirúrgica, farmacêutica e hospitalar, e quaisquer outras, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao restabelecimento do estado de saúde e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa).
  - b) Prestações em Dinheiro (Indemnizações por incapacidade temporária para o trabalho, indemnização em capital ou pensão por incapacidade permanente para o trabalho, subsídio por situação de elevada incapacidade permanente, subsídio para readaptação da habitação, prestação suplementar por assistência de terceira pessoa, pensão por morte, subsídio por morte e despesas de funeral. No caso de incapacidade temporária, absoluta ou parcial, o trabalhador

mantém o direito à remuneração, incluindo os suplementos de carácter permanente sobre os quais incidem descontos para o respetivo regime de segurança social, e ao subsídio de refeição (segundo art.º 15.º e art.º 19.º do Decreto Lei n.º 503/99).

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações da segunda outorgante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a segunda outorgante as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar o serviço de seguro em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais.
- b) Proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
- c) No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Município, com exceção do indicado nas seguintes subalíneas:
  - i. Só são permitidas alterações às taxas das apólices se estas resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento do Município;
  - ii. Apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras.

2. Obrigação de sigilo, sobre quaisquer matérias relacionadas com a atividade desenvolvida pela entidade adjudicante, a que o prestador de serviços, seus mandatários ou colaboradores tenham acesso por força da execução do contrato, obrigação esta que vigorará, durante a vigência e após a cessação do contrato por qualquer causa.

3. A título acessório, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. A segunda outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à primeira outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pela segunda outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>****Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo primeiro outorgante, nos termos do presente contrato, devem ser pagas mensalmente, após a receção pelo primeiro outorgante das respetivas faturas.
2. Em caso de discordância por parte do primeiro outorgante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à segunda outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º1, as faturas são pagas através de cheque/transferência bancária.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>****Cessão da posição contratual**

1. A segunda outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A segunda outorgante não pode ceder ou sub-rogar a terceiros os direitos e obrigações que para ela resultem deste contrato, salvo autorização expressa da entidade privada contratada.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>****Resolução por parte da primeira outorgante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Alfândega da Fé, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a segunda outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à segunda outorgante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Alfândega da Fé nos termos gerais de direito.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>****Documentos contratuais e prevalência**

1. Fazem parte integrante do presente contrato, os esclarecimentos e as rectificações relativas ao Caderno de Encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo primeiro outorgante e aceites pelo segundo outorgante.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>****Designação do gestor do contrato**

Constituindo uma das suas menções obrigatórias definidas (cf. artigo 96.º/1, alínea j), do Código dos Contratos Públicos designo nos termos do artigo 290-A do Código dos Contratos Públicos, como gestor do contrato o Técnico Superior Miguel Alexandre Cortinas com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, cabendo-lhe um conjunto de obrigações, e competências conforme inumeradas no próprio preceito aqui identificado, em conjugação com o definido no Caderno de Encargos do presente procedimento.



**Cláusula 14.<sup>a</sup>****Confidencialidade e proteção de dados pessoais**

1. A primeira outorgante obriga-se a respeitar a legislação relativa à proteção da privacidade dos dados pessoais da segunda outorgante, assumindo-se, perante este, como único responsável pelo seu tratamento e guarda.
2. Sempre que o processamento dos dados pessoais for efetuado por entidade terceira, a primeira outorgante, assegura que esta entidade se compromete a respeitar o regime da Lei de Proteção de Dados Pessoais em vigor, nos exatos termos em que ele o faz, designadamente, inibindo-se de os tratar para fim diverso do contrato e de os transmitir a terceiros.
3. É garantido à segunda outorgante o direito de acesso aos dados pessoais que lhe digam diretamente respeito, podendo solicitar a sua correção ou aditamento.
4. Em caso algum a primeira outorgante utilizará dados pessoais da segunda outorgante para outras finalidades que não as relativas unicamente ao objeto do contrato, salvo ocorrendo consentimento expresso, por escrito, deste ou mandato judicial.
5. Para efeito do número anterior, os dados pessoais da segunda outorgante destinam-se unicamente à prestação dos serviços objeto do contrato.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>****Direito e fiscalização**

A primeira outorgante assegura, mediante poderes de direção e fiscalização, a funcionalidades da execução do contrato quanto à realização do interesse público visado pelo presente contrato.

**Clausula 16.<sup>a</sup>****Resolução de conflitos**

Os conflitos emergentes do presente contrato serão resolvidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>****Comunicação e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusulas 18.<sup>a</sup>****Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**Cláusulas 19.<sup>a</sup>****Contagens dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Clausula 20.<sup>a</sup>****Disposições finais**

1. O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por despacho de 28-06-2019 da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

2. A prestação de serviços objeto do presente contrato, foi adjudicado por despacho de ....., do Sr.º Presidente da Câmara Municipal em Regime de Substituição.
  3. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho .....
  4. O encargo total, isenta do IVA, resultante do presente contrato é €16.244,79 (dezasseis mil duzentos e quarenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos).
  5. O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 01030901 e compromisso n.º1046/2019 do orçamento de 2019.
  6. Verifica-se o cumprimentado dos requisitos legais impostos pela Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
  7. Os pagamentos a efetuar em resultado da execução do presente contrato, obedecerão as normas constantes do regime da administração financeira do Estado (DL 155/92, de 28 de Julho).
  8. Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.
- Depois de a segunda outorgante ter juntado os documentos de habilitação referidos no art. 81º, do Código dos Contratos Públicos, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas o outorgante.

Alfândega da Fé, 02 de setembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal em Regime de Substituição.

---

(Eduardo Manual Dobrões Tavares)

(José Carlos Silva Jesus Pinhal)

---

(Nídia Susana Fernandes Proença Ferreira Gaspar)

---

(Representantes legais)